

*Estudios Románicos*, Volumen 33, 2024, pp. 435-451

ISSN: 0210-4911

eISSN: 1989-614X

DOI: <https://doi.org/10.6018/ER.585191>

## PERANTE O TÚMULO DO REI D. DINIS: AS VISITAS DE GUILHERME DE ALMEIDA E MIGUEL TORGA

(In front of King Dinis's Tomb:  
the Visits of Guilherme de Almeida and Miguel Torga)

Maria Isabel Morán Cabanas\*  
Universidade de Santiago de Compostela

**Abstract:** For the first time and from a comparative and interdisciplinary perspective, we study the texts resulting from the visits of Guilherme de Almeida and Miguel Torga to the tomb of the troubadour king D. Dinis in Odivelas, now of special relevance in the ongoing heritage and artistic recovery project. Both writers (self-proclaimed pilgrim and bard, respectively) express their impressions in the light of literary tradition and the socio-political context from which they contemplate the past, demanding respect for memory as an identity marker and an essential basis for building the future.

**Keywords:** Odivelas, D. Dinis's tomb, Guilherme de Almeida, Miguel Torga, neotroubadorism.

**Resumo:** Pela primeira vez e sob uma perspectiva comparatista e interdisciplinar, estudamos os textos resultantes das visitas de Guilherme de Almeida e Miguel Torga ao túmulo do rei-trovador D. Dinis em Odivelas, hoje de especial relevância perante o projeto de recuperação patrimonial e artística em curso. Ambos os escritores (autonomeados peregrino e bardo, respetivamente) exprimem as suas impressões à luz da tradição literária e do contexto sociopolítico desde o qual contemplam o passado, reclamando respeito à memória como sinal identitário e alicerce fundamental para a construção do futuro.

**Palavras clave:** Odivelas, túmulo de D. Dinis, Guilherme de Almeida, Miguel Torga, neotrovadorismo.

---

<sup>1</sup> \* **Direção para correspondência:** M. Isabel Morán Cabanas. Departamento de Filologia Galega. Faculdade de Filologia. Universidade de Santiago de Compostela. 15705 Santiago de Compostela ([isabel.moran.cabanas@usc.es](mailto:isabel.moran.cabanas@usc.es))

Nem é preciso insistir em que a figura e obra de D. Dinis foram amiúde objeto de aproveitamento literário na voz dos poetas de todos os tempos, desde a própria Idade Média até aos dias de hoje, em que continua a gerar numerosas adesões. Lembre-se, de facto, o pranto composto por João, jogral e morador de León, aquando do falecimento do monarca em Santarém no dia 7 de janeiro de 1325 com 64 anos de idade e 46 de governo. Nos seus versos sublinham-se as suas excelências como criador literário e mecenas, apelando-se a todos os trovadores e jograis dos reinos de Portugal, Leão, Castela e Aragão a manifestarem amostras de dor e luto pela perda do seu grande protetor: “Os namorados que troban d’amor / todos deviam gran doo fazer, / e non tomar en si nen un prazer, / porque perderon tan boo senhor, / com’el-rei Don Denis de Portugal (Cancioneiro da Biblioteca Nacional, 1117 e Cancioneiro da Vaticana, 708). No tocante ao segundo motivo, tenha-se em conta que, durante o governo dionisiaco, vieram a desaparecer as restrições impostas acerca do número fixo de profissionais intérpretes de cantigas que tinham sido aprovadas pelo seu pai, D. Afonso III, no que foi o primeiro regimento oficial da casa real portuguesa: “ElRey aja trez jograres en sa casa e nom mais” (*Portugalia Monumenta Historica* 1856: I, 199).

### 1. Breve revisitação de referências na tradição literária

As cantigas do rei-trovador têm sido objeto constante de inspiração sobretudo a partir das primeiras décadas do século XX, momento em que se assiste a uma maior divulgação do *corpus* trovadoresco galego-português que se tinha conservado. Galegos, lusos e brasileiros recorreram a esse património e projetaram-no nas suas obras através de diversas vias: ora mergulhando no ritual da *fin’amors* e adaptando-se aos seus traços ora explorando os efeitos da imagística e dos ilogismos de cariz aparentemente popular que distinguem a cantiga de amigo ora, ainda, desentranhando e renovando o humor sarcástico que se revela afim à cantiga de escárnio e maldizer. Apesar de não ter uma articulação tão definida nem a importância quantitativa que atingiu na Galiza tanto pelo número de poetas que o praticaram quanto pela relação proporcional com o conjunto da obra de cada um deles, também os criadores de Portugal e do Brasil se sentiram animados a versificar acerca de certos temas e/ou “ao estilo” dessas primeiras manifestações poéticas veiculadas na língua comum (López 1997).

Foram muitos, com efeito, os que cultivaram a reescrita dos Cancioneiros com maior ou menor grau de mimetismo: “quer por certa vontade de experimentalismo, quer pela demanda das origens e do exótico, via de regra movidos por uma autoconsciente intertextualidade que faz ecoar o Passado sobre as circunstâncias vitais do Presente” (Maleval 1999: 84). Porém, não só foi a partir da reelaboração dos seus versos que D. Dinis se tornou alvo de homenagem pelos poetas ao longo do tempo, mas também, como veremos, mediante diversas reivindicações descritivas da sua importância neste e noutros campos de atuação. Revisitar e repensar as raízes surge, em qualquer caso, como necessidade e caminho, como ato que supõe o reforço da identidade nacional e procura a salvaguarda dos elos históricos, apelando amiúde à construção de uma comunidade cultural que integra a lusofonia pluricontinental.

Durante vários séculos a sua face de trovador foi, por desconhecimento, apenas aludida em raras ocasiões, destacando-se as apreciações feitas a meados do século XV pelo Marquês

de Santilhana no seu célebre *Prohemio e Carta*, no qual remete para um cancionero de autoria maioritária de D. Dinis que ele próprio teria visto na sua infância com “invenções sutis e de graciosas e dulces palavras” (Gómez Moreno e Kerkhof 2003: 654). Já no período de transição para a Renascença, o poeta Pedro Homem, numa composição recolhida no *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende, faz uma “uma curiosa súplica cultural, ou melhor, uma licença poética, não aos modelos literários e inspiradores do século XV, mas ao próprio rei D. Denis” (Ramos 1999: 151).

E, entre os principais expoentes do Classicismo em Portugal que aludem ao monarca, apenas António Ferreira sublinha a sua vocação literária. Este autor, que, nadando contra a maré quanto à prática do bilinguismo, não tem composto um único texto em castelhano, dedica-lhe um epitáfio “A El-Rei D. Dinis” que bem poderia figurar no túmulo do Mosteiro de Odivelas e que seria publicado, junto com outros deste género, no volume póstumo a que se deu o significativo título de *Poemas lusitanos*:

Quem é este de insígnias diferentes,  
cetro, e picão, e livro, e espada, e arado?  
Este foi paz de reis, e amor das gentes,  
grande Dinis, rei nunca assaz louvado!  
Outros foram nãa só cousa excelentes,  
este com todas nobreceu seu estado:  
regeu, edificou, lavrou, venceu,  
honrou as Musas, poetou e leu. (Earle 2008: 371)

O último verso, que constitui a chave de ouro de uma visão rimada e abrangente da personalidade e dos labores régios, deve-se decerto à familiaridade do autor com fontes textuais. Várias são, com efeito, as insígnias citadas que nos remetem para a imagem transmitida na historiografia: o cetro da monarquia; o picão de tantos castelos que mandou contruir ou reparar; o livro, que representa a fundação da Universidade; a espada, que lembra a guerra empreendida com Castela entre 1295 e 1297; ou o arado, que simboliza os benefícios que concedeu aos lavradores, aos quais chamou “nervos da terra” (Pina 1945: 162-323). No entanto, o traço mais singular da oitava é o conhecimento expresso de o rei ter poetado, notícia ausente até então na escrita cronística.

Formulamo-nos, assim, a mesma pergunta que José Luís Rodríguez (1995: 188): se nos circuitos cultos do século XVI foi sobejamente conhecida a existência de cantigas elaboradas por D. Dinis, porque falta tal informação nos poetas coetâneos a António Ferreira? Por um lado, não é possível aduzir que a prática versificadora seja algo desdenhado pelos humanistas, pois o seu pensamento é precisamente o contrário. Por outro, se se tratasse do típico menosprezo dos renascentistas pela poesia medieval, o que não parece, o autor viria a desviar-se aqui da sua apreciação geral, pois ele foi mesmo dos poucos que não compôs em medida velha e até manifestou uma explícita intransigência com os que não se entregaram por completo aos novos metros do Classicismo. E, já entre os criadores seiscentistas, a consideração do rei como trovador só ocorre, e apenas como breve apontamento, na dedicatória que D. Francisco Manuel de Melo escreve para as suas *Obras Métricas* (1665),

na qual afirma que “Del señor D. Dinis se lee que fue poeta celebre em sus tiempos” (Vasconcelos 1904: II, 116).

Em contrapartida, tal feição literária aparece aludida em textos informativos de um notável número de intelectuais dos séculos XVII e XVIII<sup>1</sup>. Quanto à fonte comum, não cabe dúvidas sobre a sua identificação: o polígrafo Duarte Nunes de Leão, que, por exemplo, na *Origem e Ortografia da Língua Portuguesa* (1606) chega a declará-lo pioneiro na elaboração de “muitas cousas em metro à imitação dos Poetas Proençais” (Buescu, 1983: 220). Por sua vez, deve lembrar-se que os românticos, por definição medievalistas, praticamente não chegaram a prestar atenção a D. Dinis ou ao seu reinado como matéria poética face a outros motivos que sim privilegiaram, como as origens da nacionalidade, os amores proibidos de Pedro e Inês ou a batalha de Aljubarrota (Rodríguez 1995: 193).

Porém, tal situação muda nos finais de Oitocentos e primeiras décadas do século XX, sobretudo a partir dos seguidores do Saudosismo, destacando-se sobretudo o encanto pela componente passadista e as cantigas galego-portuguesas de Afonso Lopes Vieira (Eirín García 2010: 109-132), cuja obra se projetará em experiências neotrovadorescas posteriores. Na verdade, embora apenas pretendamos limitar-nos aqui às viagens do brasileiro Guilherme de Almeida e do português Miguel Torga, a recorrência ao *corpus* do rei-trovador como intertexto ampliou-se extraordinariamente na contemporaneidade, atingindo uma posição de centralidade nos poemas de referente medieval de todas as literaturas lusófonas.

## 2. Camões e Pessoa como modelos marcantes

Pelo lugar privilegiado que ambos ocupam no cânone, uma menção especial merecem os retratos de D. Dinis que Camões fornece nos *Lusíadas* (1572) e Fernando Pessoa na sua *Mensagem* (1934). Parece que sem constância da lírica medieval na época em que os códices apógrafos italianos com a produção poética dionisiaca permaneceram esquecidos e ignorados nas bibliotecas, o primeiro dos autores épicos põe de relevo os empreendimentos do monarca nos âmbitos da cultura, da sociedade e da política. Assim, é concretamente através da intervenção do capitão Vasco da Gama (e sob a invocação de Calíope, a musa da epopeia, do saber científico e da eloquência) que se sublinha a prosperidade do seu governo, identificando-o com um período pacífico e dourado. Louva-se a sagacidade das medidas que então foram tomadas: o estabelecimento de novas leis em prol do progresso; o apoio aos estudos materializado na fundação da Universidade; ou a fundação de vilas e construção de fortalezas e castelos muito seguros. Afirma-se com rotundidade, enfim, que com D. Dinis o reino floresceu e se viveram “na terra já tranquila claros lumes” (Pimpão 2000: 123).

Embora sob prismas e atitudes diferentes que já foram amplamente abordadas pelos historiadores da literatura, como Jacinto do Prado Coelho (1979: 311) ou Eduardo Lourenço (1980: 59), tanto na mencionada obra renascentista, quanto na *Mensagem* (1934) que Fernando Pessoa comporá três séculos e meio mais tarde e que vem sendo

---

<sup>1</sup> Na ampla listagem de testemunhos deparamo-nos com Pedro de Mariz, Frei Bernardo de Brito, Manuel de Faria e Sousa, Caetano de Sousa, Barbosa Machado e bastantes outros (Vasconcelos 1904: II, 115-120).

considerada como a epopeia portuguesa da modernidade, o leitor depara-se com “poemas de ausência”. Com tal expressão pretende-se sublinhar que nessas duas rememorações literárias não só se evoca o que D. Dinis representou como o herói dirigente de um povo, mas aponta-se para o que ele poderá vir a ser como símbolo de identidade nacional e guia espiritual. Na primeira, ficando ainda relativamente próxima a excelsa atividade régia, canta-se o monarca real dentro de um segmento cronológico e mental em que se conxionam os fatores da memória e da esperança. Na segunda, dado o distanciamento em relação aos feitos, a evocação passa já pelo vazio histórico e D. Dinis apresenta-se sob os filtros do mito, do sonho e da utopia.

Os tempos mudaram, o império desfez-se e a recordação ainda vigente em Luís de Camões foi-se definitivamente esvaecendo até acabar por desfalecer, daí o carácter mais abstrato e místico dos versos pessoanos. Nestes observa-se o predomínio de elementos imaginários emblemáticos em detrimento da realidade, agora fragmentada através de uma dição subjetiva com vocação messiânica:

No contexto antropocêntrico do Renascimento, o homem real, sujeito da sua história, obviamente passa a ser o herói histórico a caminho da divinização, Essa é a formulação do modelo épico renascentista que, resgatando o clássico, supera-o e transforma-o [...]. Na modernidade, contudo, perdida a imagem do mundo e também a integralidade do indivíduo que a possa sustentar, resta a concepção fragmentária do sujeito e a consciência do vazio do real. Vem daí que a manifestação épica, mesmo sendo por sua própria índole discursiva o produto de um resgate da história dos deuses ou dos homens e, ainda, do próprio discurso que a precede, tem de partir do vazio, ou seja, da descontinuidade e da fragmentação (Quesado 2016: 67).

D. Dinis atinge aí o valor de símbolo iniciático numa dupla vertente que se acabará por projetar em evocações posteriores: a da lírica trovadoresca e a das aspirações oceânicas. O seu autor fez emergir tanto a imagem do rei-poeta, imaginando-o a compor uma cantiga de amigo, quanto a do rei-lavrador e profeta, partindo da ideia de que o soberano mandaria plantar o pinhal de Leiria, cuja madeira viria a ser utilizada como matéria-prima para a construção das naus destinadas ao alargamento do império<sup>2</sup>. O rumor dos pinheiros que ondulam liga-se a uma linguagem misteriosa e premonitória de um porvir promissório, remetendo para a figura de um rei capaz de visionar o futuro de um país orientado para as viagens oceânicas e situando o leitor perante uma cena especialmente impressionista, visualista e auditiva<sup>3</sup>.

2 Estendeu-se a ideia de que o pinhal em questão supôs o início da plantação intensiva de monocultura do pinheiro bravo no país, empreendida já durante o reinado de D. Afonso III e intensificada no governo do seu filho, D. Dinis. Chegaram-se a fazer ali, de facto, grandes sementeiras e levaram-se a cabo constantes replantações, pelo que se manteve quase intato ao longo dos séculos, sendo a partir do poema de Fernando Pessoa que se tornaria associado, no imaginário nacional, à utilização da sua madeira para a construção das caravelas (Lopes 2010).

3 Com o próprio animismo das árvores parece entroncar, aliás, uma célebre cantiga de amigo do rei-trovador, único texto da lírica galego-portuguesa em que os elementos da flora adquirem voz. A protagonista pergunta-lhes às flores do pinheiro sobre o paradeiro do seu amigo, ao que estas respondem que ele está são e vivo e voltará “ante o prazo saído”. Para as possíveis interpretações da imagística deste texto com considerações de cariz histórico-literário, linguístico e artístico, deve consultar-se o estudo de Vicenç Beltrán (2013: 213-232).

### **3. Dois escritores visitantes do túmulo planificado pelo monarca medieval**

#### **3.1. Observações prévias para um diálogo artístico-literário**

Para além dos títulos que lhe são atribuídos a D. Dinis nos textos camoniano e pessoano, nas obras do brasileiro Guilherme de Almeida e o português Miguel Torga deparamo-nos com outros que interagem com esses e contribuem para engrandecer a sua auréola de mitificação. Ambos os autores partem de um posicionamento de admiração do rei medieval como referente de um passado glorioso e, simultaneamente, manifestam a sua decepção perante a ausência do espírito dionísio na época que lhes tocou viver. Ambos denunciam o inadmissível esquecimento do monarca na terra que com tanta eficiência governou e prestigiou através da arte trovadoresca. Ambos se lamentam de tal crise de valores situando-se fisicamente perante o túmulo que o próprio soberano mandou construir para si no Mosteiro de São Dinis e São Bernardo de Odivelas, recolhendo as impressões mais imediatas que lhes produziu a sua visita. E ambos, submetendo o país a exame a partir de uma viagem realizada aqui e agora numa sucessão de deslocações a lugares emblemáticos da história de Portugal, adequam os seus textos a espaços literários próximos: enquanto Guilherme de Almeida compõe uma crónica breve numa prosa destinada à imprensa e envolvida em elevadas doses de lirismo, Miguel Torga insere o seu poema na escrita diarística, coincidindo assim na preocupação pela localização e datação da redação.

Vários e justificados são, portanto, os motivos que tornam especialmente oportuna a análise desses dois textos sob uma perspectiva multidisciplinar e comparatista. O pretexto inspirador remete-nos já, de facto, para o âmbito da arquitetura e da escultura funerárias, situando-nos na igreja do mosteiro medieval que alberga no seu interior o túmulo de D. Dinis, cuja história, embora muito sucintamente e tendo em conta algumas alusões aos seus elementos, cumpre lembrar nestas páginas. O projeto de construção do prédio foi concebido pelo soberano, de acordo com a sua esposa D. Isabel, os quais mostraram uma particular inclinação pelos recolhimentos femininos e a Ordem cisterciense.

Quanto ao lugar escolhido, chamado Vale das Flores e situado a norte de Lisboa, reunia, com efeito, todas as condições propícias para ser estabelecida ali uma comunidade religiosa. Tratava-se de uma zona fértil em que o rei possuía antes uma câmara de morada, dotada de capela e edifícios anexos que cederia ao convento, assim como certos terrenos e outros bens adquiridos por compra ou permuta - alguns anos depois, tal conjunto transformar-se-ia mesmo numa residência régia, ainda que não exatamente com a função de Paço Real, como aconteceu, por exemplo, em Frielas, perto de Odivelas (Pacheco, 2022).

Aquando da sua construção, a obra apresentava um estilo gótico primitivo segundo o modelo fixado pelo reformador e mentor espiritual da Ordem, São Bernardo de Claraval. Porém, são muito significativas as alterações que tem sofrido, sobretudo a partir da sua reconstrução após o terramoto de Lisboa de 1755, que veio a transformar completamente a sua traça original - desta apenas ficaram, de facto, a cabeceira da igreja, constituída pela abside e duas capelas laterais, assim como dois túmulos: o de D. Dinis e outro vazio, mas atribuída a um membro da família.

Ali mandou o rei-trovador depositar os seus restos, conforme se recolhe no seu testamento, assinado a 20 de junho de 1322, corrigindo as disposições aprovadas quatro

anos antes, em que se assinalava para tais efeitos o Mosteiro de Alcobaça. Ele era herdeiro da coroa por direito e a sucessão da dinastia não corria agora perigo algum, pelo que pôde escolher livre e consistentemente a casa religiosa da Ordem do Cister que tinha fundado, que lhe era intimamente ligada e que se encontrava muito mais próxima da capital portuguesa:

De facto, o que este gesto reflecte, antes de mais, é a procura de afirmação individual da pessoa do monarca, ao preferir uma sepultura que aparecesse aos olhos de todos, não apenas como um elo de ligação aos antepassados, mas como uma afirmação do seu poder e das suas virtudes, isto é, uma imagem de si, como indivíduo, como *Dionisius Deigratia rex* (Fernandes 2011: 74).

Aliás, também à diferença dos monarcas que lhe antecederam, D. Dinis não recebeu sepultura num espaço exterior à igreja, ou mesmo no claustro, mas sim no interior: entre o coro e a capela-mor do mosteiro. Tal disposição implicou a sua maior visibilidade, tornando-o presente durante os ofícios litúrgicos e fazendo necessária a decoração das quatro faces da arca funerária, que deveriam pôr de manifesto a exemplaridade do defunto e do desempenho do seu cargo. Porém, as disposições ordenadas pelo rei sobre a colocação do seu túmulo só foram porventura respeitadas até pelo menos meados de Quinhentos, altura em que, sob diferentes pretextos, começou a ser objeto de vários traslados, o que repercutiu num gradual e severo agravo da sua relação dialógica com o espaço eclesiástico a que se destinava (Rossi Vairo 2018: 300). O ponto em que se localiza aquando da redação do texto do brasileiro Guilherme de Almeida em 1933, não coincide, de facto, com o que ocupará em 1981, quando realiza a sua visita o português Miguel Torga.

A monumentalidade do mausoléu de Odivelas, com a sua estátua jacente e as insígnias do poder, sobressai entre todas as amostras de arte funerária portuguesa da época. A sua ornamentação apresenta, com efeito, temas iconográficos especialmente inovadores com os quais o monarca pretendeu engrandecer e perpetuar a sua celebridade como titular da Coroa, uma vez que foi planificado durante a sua vida e submetido à sua própria aprovação. Tanto é assim que esta encomenda artística veio a encetar uma série de sarcófagos mais personalizados, mais impositivos e de maior relação com a vida quotidiana das comunidades religiosas que os albergavam.

A sepultura dionisíaca revela a intencionalidade de projetar impactantes formas de *religio regis*, revelando-se como uma nova proposta de propaganda do poder mais eficaz, evidentemente, do que as arcas lisas, sem estátuas jacentes e dispostas de encontro aos muros nos átrios das igrejas (Núñez Rodríguez 2001: 95). Constitui, de facto, a primeira ilustração da tendência para o gigantismo das arcas e dos corpos que virá a distinguir a tumulária nacional na era de Trezentos – o monumento dionisíaco distancia-se, por exemplo, das dimensões que possuem os da família real francesa, concebidos em proporções mais humanas e próximas do real (Fernandes 2011: 76-77).

Em relação à iconografia da arca, sem entrar em pormenorizações que ultrapassam o objetivo de contribuir para a interpretação das alusões presentes nos textos de Guilherme de Almeida e Miguel Torga, convém atentar nalguns aspectos relativos às quatro faces, ao próprio corpo jacente e aos suportes. Nos dois lados maiores e num dos menores representam-

se monjas e monges cistercienses, a maioria dos quais seguram livros e aparecem em posição frontal, observando-se uma leve torção nas cabeças que ainda se conservam para sugerir a ideia de um diálogo entre todos eles. Os religiosos desta Ordem revelam-se, assim, como os seres em que mais confia o rei para a guarda dos seus restos e para a intercessão no Céu em prol da salvação da alma. Por sua vez, na cabeceira, assiste-se a duas cenas relativas ao cumprimento dos sacramentos e à consequente preparação da boa morte: penitência / confissão e comunhão, lembrando-se de tal modo a responsabilidade final face ao Além e a exemplaridade moral do soberano. Precisamente na primeira, que decorre no interior de uma igreja, pode ver-se uma figura ajoelhada que veste uma longa túnica e manto e porta uma coroa na cabeça. Trata-se, com efeito, da representação de D. Dinis, cujo rosto aparece colocado de frente para permitir uma melhor identificação e cujas mãos se mostram estendidas na direção de uma segunda figura com hábito cisterciense, pois “morrer bem era tão necessário aos reis como governar bem” (Fernandes, 2011: 81).

Porém, é sobretudo o mau estado de conservação do corpo jacente que chamará a atenção do brasileiro Guilherme de Almeida quando visitou o túmulo em 1933, apesar de ter sido declarado Monumento Nacional duas décadas antes. A insatisfatória situação de tal património é decorrente não apenas do terramoto de Lisboa em 1755, mas de um malsucedido restauro de gesso em contato com ferro que se levou a cabo no século XIX, o qual provocou a oxidação do material e supôs uma grande adulteração imagística, ficando apenas pequenos fragmentos do colo, dos pés e do rosto na sua versão original. Aliás, uma circunstância análoga se evidencia nos atributos da escultura, pois faltam elementos como a espada, que foi substituída por um esquisito gesto de segurar a ponta de um manto não elaborado pelos artistas medievais – e, junto com este, outros exercícios de invenção com traços característicos de Oitocentos vieram a desvirtuar a vontade do rei sobre a sua representação.

Como veremos, Guilherme de Almeida utilizará a sua pena n’*O Meu Portugal* para denunciar tal abandono com uma atitude contestaria e reivindicativa que nos dias de hoje ganha toda a atualidade, pois o túmulo está neste momento a ser objeto de um novo processo de restauração que se iniciou em 2016 e se integra num projeto de intervenção geral do mosteiro. Foi precisamente nessa circunstância que se abriu a arca e se fez a primeira exumação de um monarca luso com vistas a um estudo forense que promoveu a Direção-Geral do Património Cultural e a Câmara Municipal de Odivelas, descobrindo-se a espada original e iniciando-se um intenso debate a nível mediático no tocante a medidas e responsabilidades políticas e instrucionais (Rossi Vairo 2018: 299-300).

No que diz respeito aos suportes, tenha-se em conta que estes constituíam espaços privilegiadamente abertos à imaginação e criatividade na arte medieval, sendo amiúde decorados com leões, ursos ou criaturas fantásticas que remetem para a função de defesa do corpo ali depositado. No caso que nos ocupa, destaca-se a cena em que um urso ataca um homem vestido de armadura, a qual tem sido associada à lenda sobre a motivação da edificação do mosteiro. Segundo a tradição, D. Dinis mandaria levantá-lo em cumprimento de uma promessa feita quando resultou ferido por um corpulento urso já conhecido na região durante uma caçada na freguesia de São Pedro de Belmonte. Perante a aflição, recorreria a São Luís, Bispo de Tolosa, que lhe apareceria e lhe diria que tirasse o punhal e o cravasse na

fera. Outras interpretações em chave alegórica têm sido, ainda, formuladas pelos estudiosos, mas, em quaisquer dos casos, assistimos ao triunfo do elemento maravilhoso sobre a verdade factual.

Aliás, ainda antes de analisar as impressões dos dois autores em foco neste estudo, devemos lembrar, necessariamente, as expressões por Almeida Garrett, prestigioso precursor da reivindicação e salvaguarda do património artístico nacional por via literária. No preâmbulo da sua *Lyrical de João Mínimo* (1829), assistimos a um passeio em Odivelas, onde vai encontrar o sepulcro régio desastrosamente abandonado e emplastrado, desabafando nuns termos críticos e até exacerbados que ecoarão com força nos textos português e brasileiro do século XX.

### **3.2. O cronista exilado e peregrino Guilherme de Almeida**

O escritor paulista visitou o mausoléu durante a sua estada de vários meses como exilado em Portugal, onde foi recebido como um dos maiores poetas da língua, devido à sua defesa da causa constitucionalista, que fez com que se alistasse como soldado na revolução de 1932 contra a presidência de Getúlio Vargas. E, ao longo desse tempo, escreveu uma série de vinte breves crónicas para a imprensa brasileira que posteriormente seriam recolhidas e publicadas no volume *O meu Portugal. Crónicas de um desterro*, cujo título se preocupa em explicar nas primeiras páginas. Nelas qualifica o país que o acolheu como “o amigo certo do momento incerto” e até se detém em apreciações morfológico-semânticas para justificar a anteposição do determinante possessivo *meu*, que “apenas se dá ao que se quer tanto quanto a si mesmo” (Morán Cabanas, Infante 2016: 79).

Quando o exilado desembarcou na capital portuguesa, esta abriu-se perante os seus olhos como uma janela aberta, simultaneamente, ao presente, ao futuro e ao passado. E, a partir daí, inicia uma viagem a lugares mais ou menos próximos, sentindo-se, conforme as suas próprias declarações, reposto nas suas origens e imerso num processo de recuperação, renascimento, restituição, reintegração... Eis, de facto, como reflete sobre o prefixo “re-”, que se vê obrigado a utilizar uma e outra vez:

Começou a aparecer e teimosamente colocar-se antes de cada palavra, que eu sentia, pensava ou dizia, este prefixo: ‘RE’. Sempre, insistentemente, antepunha-se a todas as minhas expressões, desvirginando todas as minhas impressões, a partícula pequenina que faz a gente voltar atrás no tempo e no espaço, a sílaba rascante e brusca que dá ‘marcha à ré’ à vida que se vai vivendo... Tudo era repetição, reincidência, reprodução, renascimento, repercussão. Um colar de ‘reprises’... Em vez de ver, eu revia; em vez de viver, eu revivia. Parecia que, reposto na minha origem, como que repatriado, quem sabe se reivindicado por quem foi meu dono, talvez restituído a um remanescente de mim mesmo (Morán Cabanas, Infante 2016: 82).

Nas páginas d’*O Meu Portugal* evidencia-se logo o interesse que despertaram em Guilherme de Almeida as leituras da lírica medieval. Diversos elementos, personagens e agentes do espetáculo trovadoresco são ali referidos sob uma auréola de mitificação que se associa à procura das raízes mais vitais do povo na sua história oficial ou oficiosa, projetando-as íntima e criticamente. Assim, na crónica redigida ao pé do túmulo de D.

Dinis a 19 de fevereiro de 1933, Guilherme de Almeida sublinha o impacto que lhe produziu a interseção entre o presente da estrada que o leva de carro de Lisboa ao Mosteiro de Odivelas e a entrada num passado que vai rememorando em saltos cronológicos até chegar à Idade Média:

...E pisei com gravidade as pedras velhas, entre azulejos moçárabes, da galeria em arcas, que faz a frente do convento de Odivelas.

O templo é triste e pobre e incolor. Mas, é numa pequena capela que os meus olhos e o meu sonho param. Um gótico nu, árido, com vidros vulgares numa ogiva simples. Ao centro, um mausoléu alto. Na tampa, o morto de pedra, coroado, estendido, mãos-postas. Mãos? Uma só mão; a outra, imagino, quebrou-a o terramoto: e da manga larga do brial rígido sai apenas um gancho de ferro velho.

- Mas, quem jaz aqui?

Não sabem informar. Sabem tudo a respeito da marmelada gostosa, tudo a respeito da freirinha escandalosa... Não sabem nada a respeito de um grande Rei...

Silêncio.

Senhor Rei Dom Dinis de Portugal bom poeta e mau marido (pudera!), esposo de uma Santa que faz o milagre das rosas, e santo porque fez o milagre do versos; Senhor criador dos “cantares de amigo”, inventor da “Canção”, do primeiro amor ritmado e rimado que existiu no mundo; Rei de um reino poético, onde a poesia era a lei, a canção era a fala do trono, e o cancionero era o tesouro nacional; Rei que desceu da sua alteza para andar com “pastora” ao pé das “fontanas”, junto aos vergéis e ao longo dos ribeiros, e andar com a “senhora” e finas “velidas”, perguntando às” flores do verde pino “se sabedes novas do meu amigo”...

Senhor Dom Dinis de Portugal, ora tão esquecido de todos: - sabeí que aqui tendes a vossos pés um trovador de longe, que de longe veio para vos “loar”... Ora, ante vós venho-me eu me querelar: venho dizer-vos da “grã coyta” que hei no coração por ver-vos assim obscuro e deslembado das vossas gentes, no já-olvido desta capela pobre e arruinada...

...E os meus passos, que saíam, parece que repetiam na larga lage o compasso de uma trova que subia dos lábios daquele morto de pedra, coroado, estendido, mãos-postas, pedindo:

E meu amigo ben sey que fará

hum cantar en que dirá de mi ben,

ou fará ou já o feyto tem... (Morán Cabanas, Infante, 2016: 127-129)

Fácil e significativa resulta a comparação, sobretudo nas primeiras linhas, entre os comentários expostos acima acerca da história e do estado do túmulo na altura em que Guilherme de Almeida o visita e a adjetivação que domina a sua descrição n’*O Meu Portugal*. Repare-se, por exemplo, nas alusões às consequências do terramoto e ao gancho de ferro velho que sai da manga do brial proveniente do deficiente restauro acima mencionado.

O “grande Rei” D. Dinis apresenta-se aqui como um “morto de pedra” maltratado na sua arca funerária, esquecido com uma ingratidão que o autor denuncia com ênfase, pois pergunta quem jaz ali e ninguém conhece nada do rei D. Dinis; no entanto, sabem tudo

acerca da “marmelada gostosa” e a “freirinha escandalosa”<sup>4</sup>. O autor reclama a honra e o prestígio do rei, elogiando a sua face de trovador, estabelecendo uma ligação filial com ele através das letras e declarando-se um peregrino que vem do outro lado do Oceano venerar o seu senhor.

Embora com certas notas de humor, Guilherme de Almeida passa da lembrança de D. Dinis como marido infiel<sup>5</sup> a conceder-lhe praticamente a virtude de um ser miraculoso através da sua união conjugal com D. Isabel, a Rainha Santa, à qual foram atribuídos diversos prodígios. O brasileiro lembra, de facto, o mais recriado em todos os campos: o milagre das rosas, que até fez parte das “provas” apresentadas para sua canonização pelo papa Urbano VIII no ano de 1625. Entre as associações a diversas figuras santificadas e as variantes de narrações hagiográficas que prevalecem no imaginário, destaca-se o relato que remete para as esmolos (pães ou moedas) que a soberana luso-aragonesa quis distribuir aos mais necessitados. O monarca perguntou-lhe que levava no regaço e ela respondeu que rosas, momento em que as flores apareceram de súbito. Assim, o paulista recorre a esta genuína *mirabilia* medieval e transfere-a para o “milagre dos versos” protagonizado pelo marido, o trovador de que mais cantigas nos chegaram através dos códices manuscritos.

Aliás, descobrimos que a referência explícita ao comportamento libertino do soberano é tomada literalmente do já mencionado saudosista Afonso Lopes Vieira, que exclama num dos seus vários poemas dedicados ao rei luso: “Rei Dom Dinis, bom poeta e mau marido, / la veem as velidas bailar e cantar” (1927: 18). Igualmente, na obra deste autor, atenta-se com ênfase na oposição entre a feição amorosa-divina da rainha Isabel e a amorosa-terrenal do seu esposo num tom que oscila entre o lúdico e a exaltação elegíaca, culminando nas referências à vontade de Deus, que fez com que ambos se unissem (1927: 33).

E, ainda, por remeter concretamente para o choro provocado pelo falecimento de D. Dinis, não podemos deixar de citar o “Planh por el Rey Dom Denis” do livro *Rosicler* (1928), em que o brasileiro Martins Fontes reescreve o pranto medieval do jogral Lopo de Leon, mencionado no início deste estudo, para louvar carpindo a época honrosa que representa o “Pai piadoso do meu Portugal” e que desapareceu do momento atual (Rodríguez 1995: 200).

Guilherme de Almeida exprime o seu pesar ou “grã coyta”, elemento na lírica galego-portuguesa, perante o abandono do túmulo do rei-trovador. O seu discurso salpica-se com expressões tiradas das cantigas de amor e de amigo e, em particular, da alusiva às flores do verde pinheiro, já acima referida e alvo do maior número de evocações literárias da produção dionisiaca. Na verdade, resulta evidente a intertextualidade desta crónica tanto com outras

4 No texto alude-se, obviamente, à relação passional que se atribui ao monarca D. João V com a freira bernarda Paula Teresa da Silva (a Madre Paula), que tanta literatura portuguesa inspirou durante o Barroco e o Romantismo. Traz-se inclusive à colação a famosa marmelada – a base de marmelo com açúcar, água e limão - que esta prepararia para o seu amante. Tal produto, apresentado aqui como afrodisíaco, constitui, com efeito, um dos legados gastronómicos mais conhecidos da doçaria conventual portuguesa, tendo recebido recentemente a certificação de Indicação Geográfica Protegida pela União Europeia (2022). E, quanto à focagem do tema do amor com religiosas noutros textos d’*O Meu Portugal*, destaca-se como fonte o ensaio de Júlio Dantas, *O Amor em Portugal no século XVII* (1916), com quem o brasileiro estabelecería estreitos contatos literários durante o seu desterro em Lisboa (Morán Cabanas, Infante 2016: 28-29).

5 Lembre-se que, para além dos dois filhos com a esposa (D. Constança e D. Afonso IV, herdeiro da coroa), sabe-se que D. Dinis teve outros fora do matrimónio, como D. Pedro, conde de Barcelos, e Afonso Sanches, que seguiram os passos do seu pai na composição de cantigas.

incluídas n' *O Meu Portugal*, quanto com a série *Cancioneirinho* do livro *Poesia Vária* (1947), em que também se estabelece um intenso diálogo com a lírica medieval e os seus agentes (Infante 2011), apelando para o passado como uma via privilegiada de descoberta da identidade.

Tal como acontece com Fernando Pessoa perante o murmúrio dos pinhais de Leiria, a sua mente deixa-se levar pelos ritmos e rimas que imagina ouvir dos lábios do corpo jacente. Movido pelo entusiasmo na exaltação das raízes históricas e linguísticas comuns a galegos, portugueses e brasileiros como forma de autoconhecimento, mais do que pelo rigor, mesmo transcreve os versos de uma cantiga de amigo de João Airas de Santiago (*Cancioneiro da Vaticana*, 597) que, erroneamente, atribui ao rei-trovador – cabe lembrar, ainda, que outro deslize nesse sentido se observa no rascunho de um prólogo seu para *Sementeira do Vento*, de Valentim Paz-Andrade, estendendo a Corte do rei-trovador a Vigo, o que foi logo corrigido a pedido do escritor galego (Portela Yáñez, Díaz Pardo 1977: 190).

### 3.3. O bardo transmontano Miguel Torga

Também ao mosteiro de Odivelas chega o transmontano Miguel Torga em 1984 para visitar o túmulo, experimentando o mesmo sentimento híbrido de emoção e desilusão que exprime num texto que será recolhido no seu volumoso *Diário*. Tal obra torna-se testemunho revelador, com efeito, de várias décadas do século XX, fornecendo múltiplas reflexões em prosa e verso sobre paisagens naturais e humanas que o autor observou durante as suas viagens e outras vivências pessoais.

Trata-se, com efeito, de um dos projetos diarísticos mais ambiciosos de toda a literatura portuguesa contemporânea que visa explicitamente o papel do criador literário como um bardo intérprete de todo o divino e o humano. E, já em várias ocasiões anteriores à deslocação ao Mosteiro de São Dinis e São Bernardo, reivindica-se ali a atenção ao trovadorismo galego-português como espelho de uma original forma de ser e agir. Por exemplo, numa reflexão localizada no Gerês em 1950, declara-se que, quanto mais se percorre o país, mais forte resulta tal convicção: “Os mais belos quadros que possuímos da vida portuguesa, surpreendida nos seus vários aspectos, são trechos de poesia. Meia dúzia de *Cantigas de Amigo*, pedaços do *Cancioneiro Geral*...” (Torga 1999: I, 534).

Aliás, embora em menor quantidade que no caso de Guilherme de Almeida e com maior transmutação das valências semânticas, na própria criação poética de Miguel Torga descobrimos também algumas recorrências aos primórdios líricos que impregnam de espírito identitário o seu discurso. Se o brasileiro procura a sua (re)integração num passado comum, o transmontano insiste na vontade de não se afastar do seu meio natural e civilizacional, apegando-se à aventura coletiva de uma entidade maior que é a pátria: “só podendo ser e sentir-se como indivíduo enquanto se afirma como português” (Sapega 1997: 413).

Quanto à percepção de D. Dinis no *Diário*, torna-se óbvia a intertextualidade com a escrita lírico-épica da *Mensagem*. Embora o transmontano não tenha escrito extensivamente sobre Fernando Pessoa e existam nítidas diferenças entre ambos no tocante à teoria estética, prestou-lhe homenagem na primeira e segunda edição dos *Poemas Ibéricos* (1952 e 1965) e chegará mesmo a nomeá-lo vidente de um futuro-presente Portugal (Morán Cabanas: 2008). Porém, também é verdade que, ao encontro metafísico e profético com o

mundo, Miguel Torga opõe amiúde um contato mais direto com a realidade e experiência quotidianas.

Assim, no relato de um passeio em terras de Leiria datado em 1950, declara que não conseguiu ser surpreendido pelas visões maravilhosas do órfico: “A tarde inteira perdido pelo pinhal de Leiria, a subir às torres de observação e a ver ondular o tal “trigo de Império” de F. Pessoa. Mas, ou fosse do dia ou da minha disposição, não consegui reviver o sentido heroico do poeta” (Torga 1999: II, 1351-1352).

Outra rememoração do rei-trovador no *Diário* aparece datada de 1969 e situada nas proximidades do rio Côa, ou seja, num lugar que marcou os limites entre o reino de Leão e Castela e o de Portugal, sendo D. Dinis que conseguiu avançar a fronteira lusa a partir do Tratado de Alcanizes (1297). Miguel Torga explicita ali, de novo, a sua filiação espiritual e nacional com o monarca como poeta e bardo, justificando que este, que tanto amou as terras transmontanas, não as tenha cantado, pois confiava num oriundo daquelas terras para fazer tal labor. Sente-se, portanto, um ser escolhido por vontade régia: “E eu aqui ando / A ver se consigo / Fazer-lhe, a seu mando, / Um cantar de amigo” (Torga 2000: 779).

Na verdade, Trás-os-Montes aparece elevada à categoria de mito na obra torguiana, ligando-se ao soberano a partir da concessão que este fez de várias cartas forais a Vila Real de Panoias e outros elementos lendários que se sobrepõem igualmente à realidade fátual (Morán Cabanas 2008: 167-180). Precisamente numa conferência de índole política ministrada em Vila Real em 1976, Miguel Torga refere-se à “Vila de D. Dinis” e volta a assumir, por via de filiação com o rei, a sua capacidade para vaticinar a chegada de promissores tempos após 25 de abril (Torga 2001: 251).

Mas, entre todas essas amostras de culto e veneração perante o soberano medieval, é a localizada no seu túmulo que atinge um maior relevo. Nela resulta nítida a vontade de revisitação de textos emblemáticos da literatura portuguesa que oscilam entre a veneração por grandes figuras da história e a crítica dura e amarga a uma sociedade apática, que não reconhece nem valoriza a memória como força impulsora de presente e futuro:

Dorme na tua glória, grande rei  
Poeta!  
Não acordes agora.  
A hora  
Não te merece.

A pátria continua.  
Mas não parece  
A mesma que te viu a majestade.  
Dorme na eternidade  
Paciente

De quem num areal  
Semeou um futuro Portugal,  
Confiado na graça da semente (Torga 2000: 823)

Não só ressoa aqui o poema pessoano que glorifica a semente dionisíaca, incidindo na mitificação do rei como trovador, lavrador e profeta, mas também se evidencia a intertextualidade temática e formal (mesmo através de vocábulos que se repetem) com outro poema da mesma obra, “Nevoeiro” (1934). D. Dinis torna-se mesmo “encoberto” pela desmemória a que o submete a sua própria pátria, tal como se põe de relevo no estado do seu túmulo.

Transmite-se a ideia de desencanto perante um Portugal que vive entregue à tristeza, o que condiz com o sono que deve prolongar o grande rei-poeta porque o país não o merece. E, ainda, nessa crítica dirigida a uma nação em letargia, adormecida quando tinha de fixar o futuro, sobressaem léxica e espiritualmente os ecos do Canto X dos *Lusíadas*, em que Luís Camões manifesta a sua decepção perante um povo que foi berço de tantos heróis e hoje está mergulhada “no gosto da cobiça e na rudeza / duma austera, apagada e vil tristeza” (Pimpão 2000: 476). Mas, apesar de tudo, Miguel Torga confia paciente na frutificação do que o monarca semeou, envolvendo os seus versos numa auréola de messianismo.

Tal oposição entre o presente mais imediato *versus* um passado glorioso, associada sempre a uma amálgama de raiva e admiração, constitui mesmo uma isotopia nos textos diarísticos do transmontano. Especial destaque merece, nesse sentido, o texto redigido em 1977 sobre a fisionomia arquitetônica da aldeia histórica de Sortella, em que considera cada monumento que o acaso preservou inteiro ou mutilado apenas como uma sobrevivência insólita que teima em durar a contracorrente (1999: 1351-1352). Se, por um lado, a Pátria o dececiona, por outro entusiasma-o, negando-se assim a chegar ao desespero em termos absolutos.

#### 4. Considerações finais

Embora sem constância de conhecimento direto entre Guilherme de Almeida e Miguel Torga, a perspetivação de D. Dinis através da viagem a Odivelas coincide na escrita de ambos, sobretudo pelo seu apelo a um resgate do património material e imaterial. Se para o primeiro visitante a figura do mausoléu é o morto de pedra, para o segundo é o adormecido, denominações que, para além de acarretar as denúncias à desídia do presente, parecem inspiradas nos olhos fechados do rosto esculpido. No entanto, nenhum dos autores desiste de observá-lo na sua essência como referente de identidade individual e comunitária, elo com uma idade dourada e apoio mítico para construir um porvir esplendoroso.

A poesia ou prosa poética brasileira de inspiração medieval liga-se, sobretudo nos seus inícios, ao movimento modernista (no qual se inscreve a obra de Guilherme de Almeida), aliança singular se temos em conta que uma das suas premissas era a criação de uma consciência nacional através da emancipação de modelos lusos. Mas o trovadorismo apresentava-se, nas primeiras décadas do século XX, como uma novidade redescoberta que os autores fusionariam com elementos transoceânicos e tropicais (e, no caso do paulista, até com referências explícitas à sua ascendência genealógica galega, lembrando o seu primeiro apelido: Andrade).

Na verdade, a filiação literária do paulista e do transmontano com D. Dinis liga-se a uma consciente vontade intervencionista em prol da memória histórica para render-lhe uma homenagem ao rei no seu túmulo que hoje ganha especial atualidade, tendo em conta a ampla

divulgação do debate e as expectativas geradas pelas obras de restauração recentemente iniciadas no mosteiro de Odivelas.

## **BIBLIOGRAFIA**

- ALMEIDA, Guilherme de (1935): *O Meu Portugal*. São Paulo: Editora Nacional.
- BELTRÁN, Vicenç (2014): “Ai flores do verde pino”, Mercedes Brea *et al.*, (eds.), *Parodia y debate metaliterarios en la Edad Media*. Alessandria: dell’Orso, 373-380.
- BUESCU, Leonor Carvalho (1983): *Origem e Ortografia da Língua Portuguesa [de] Duarte Nunes de Leão*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- COELHO, Jacinto do Prado (1979): “D’Os Lusíadas à Mensagem”, *Actas do I Congresso Internacional de Estudos Pessoaanos*. Porto: Centro de Estudos Portugueses / Brasília Editores, 307-317.
- EARLE, Thomas Foster., ed. (2008): *Poemas Lusitanos [de] António Ferreira*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- EIRÍN GARCÍA, Leticia (2010): “O cancionero de Don Denis como intertexto poético”, M. do Amparo Tavares Maleval e Tato-Fontañña, Laura (eds.). *Estudos galego-brasileiros 4: língua, literatura, identidade*. A Coruña: Universidade da Coruña, 109-132.
- FERNANDES, Carla Varela (2011): “O bom rei sabe bem morrer. Reflexões sobre o túmulo de D. Dinis”, Carla Varela Fernandes *et al.* (dirs.). *D. Dinis: actas dos encontros sobre D. Dinis em Odivelas*. Lisboa: Colibri – Câmara Municipal de Odivelas, 71-92.
- GÓMEZ MORENO, Ángel e KERKHOF, Maxim, eds. (2003): *Poesias completas [del] Marqués de Santillana*. Madrid: Castalia, 641-660.
- INFANTE, Ulisses (2011): “A poesia de Guilherme de Almeida: de tradição e silêncio”. *Agália*, 103, 77-110.
- LOPES, Graça Videira (2010): “Na noite escreve um seu cantar de amigo: Pessoa, D. Dinis e o Império”, *Memórias Gestos Palavras – Textos oferecidos a Teresa Rita Lopes*. Lisboa: Assírio e Alvim, 255-263.
- LÓPEZ, Teresa (1997): *O neotrobadorismo*. Vigo: A Nosa Terra.
- LOURENÇO, Eduardo (1980): “Camões e Pessoa”. *Brotéria*, 111, 54-68.
- MALEVAL, Maria do Amparo Tavares (1999): *Peregrinação e Poesia*. Rio de Janeiro: Ágora da Ilha.
- MORÁN CABANAS, Maria Isabel (2008): “D. Dinis e o trovadorismo galego-português na poesia de Miguel Torga: essência e destino”. *Revista Portuguesa da Humanidade*, 12, 167-180.
- MORÁN CABANAS, Maria Isabel e INFANTE, Ulisses, eds. (2016): *O Meu Portugal [de] Guilherme de Almeida. Crônicas de um desterro*. São Paulo: Annablume.
- NÚÑEZ RODRÍGUEZ, Manuel (2001): “Religio regis y culto al poder”, *Propaganda e Poder, Actas do Congresso Peninsular de História da Arte*. Lisboa: Colibri, 95-113.

- PACHECO, Milton Pedro Dias (2022): “Nos territórios do Rei. A moradia real de D. Dinis no termo de Lisboa”, João Luís Fontes e Luís Filipe Oliveira (eds.). *Os territórios da Lisboa medieval*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 139-186 [<http://hdl.handle.net/10362/146070>; 13/09/2023]
- PESSOA, Fernando (1985): *Mensagem*. Lisboa: Clássica.
- PIMPÃO, Júlio da Costa, ed. (2000): *Os Lusíadas [de] Luís de Camões*. Lisboa: Instituto Camões.
- PINA, Rui de (1945): *Crónica de D. Dinis*. Porto: Livraria Civilização.
- PORTELA YÁÑEZ, Charo, DÍAZ PARDO, Isaac (1997): *Epistolário [de] Valentín Paz-Andrade*. Sada: Edicións do Castro.
- Portugalia Monumenta Historica* (1856): Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa: I, 199-200.
- QUESADO, José Clécio (2016): “Mensagem, de Pessoa: uma epopeia da modernidade”, *Revista Desassossego*, 15, junho, 66-71 [<https://doi.org/10.11606/issn.2175-3180.v8i15p66-71>]
- RAMOS, Maria Ana (1999): “Invoco El Rrey Dom Denis... Pedro Homem e o *Cancioneiro da Ajuda*”, Santiago Fortunio Llorense e Tomás Martínez Romero (eds.), *Actas del VII Congrès de la Asociacion Hispanica de Literatura Medieval*. Castelló de la Plana: Universitat Jaume I, I, 127-179.
- RODRÍGUEZ, José Luís (1995): “O eco de Dom Denis na literatura posterior”, Juan Paredes (ed.), *Medioevo y literatura. Actas del V Congreso de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval*. Granada: Universidad de Granada-Diputación Provincial de Granada, IV, 179-202.
- ROSSI VARI, Giulia (2018): “Um caso de circulação e transformação de património integrado: o túmulo do rei D. Dinis”, Clara Moura Soares e Vera Mariz (eds.), *Dinâmicas do Património Artístico. Circulações, Transformações e Diálogo*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 295-303 [<https://doi.org/10.37935/apress.4>]
- SAPEGA, Ellen W. (1997): “O 25 de Abril nos Diários de Miguel Torga: reflexões sobre o sujeito na história”, Francisco Cota Fagundes (org.), *Sou um homem de granito. Miguel Torga e o seu compromisso*. Lisboa: Salamandra, 413-424.
- TORGA, Miguel (1999): *Diário I e II*. Lisboa: Dom Quixote.
- (2000): *Poesia completa*. Lisboa: Dom Quixote.
- (2001): *Ensaio e Discursos*. Lisboa: Dom Quixote.
- VASCONCELOS, Carolina Michaelis (1904): *Cancioneiro da Ajuda II*. Halle: Max Niemeyer.
- VIEIRA, Afonso Lopes (1927): *País Lilás. Destêrro Azul*. Lisboa: Sociedade Editora Portugal-Brasil.

## PERFIL ACADÉMICO-PROFESIONAL

M. Isabel Morán Cabanas es profesora titular de Literatura Portuguesa en la Universidade de Santiago de Compostela. Uno de sus principales temas de estudio es el *Cancioneiro*

*Geral* de Garcia de Resende, sobre la que realizó su Tesis Doctoral y publicó varios libros y artículos. Asimismo, prestó una particular atención a las relaciones literarias de diversas épocas en el marco ibérico y en la lusofonía, participando en proyectos autonómicos, nacionales e internacionales. En este sentido, es coautora de monografías sobre rutas literarias del trovadorismo gallego-portugués, la sermonística del padre António Vieira, el diálogo europeo de Mário Martins o el exilio de Guilherme de Almeida. En la citada universidad dirige *GRAALL*, cód.1353 - *Grupo de Análise de Aspetos Linguísticos e Literários na Lusofonia* [<http://tv.usc.gal/mmobj/index/id/4043>]

Fecha de envío: 03-10-2023

Fecha de aceptación: 15-11-2023